



2024

Relatório e Contas | junho

IMGA Portuguese Corporate DEBT

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto



ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos de Obrigações	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	13
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	15
Eventos Subsequentes	16
Notas Informativas	17
Balanço	28
Demonstração de Resultados	31
Demonstração de Fluxos de Caixa	33
Anexo às Demonstrações Financeiras	35
Relatório de Auditoria	44



i | m | g | a |

RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituiu-se em 12 de abril de 2024 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, com duração indeterminada.

O fundo tem Unidades de Participação da Categoria I (constituída em 12 de abril de 2024), Categoria P (constituída em 16 de maio de 2024) e Categoria R (constituída em 27 de junho de 2024).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço**Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Relatório de Auditoria****Síntese da Evolução dos Mercados**

Depois de um desempenho económico mais resiliente do que o esperado em 2023, a expectativa para 2024 era de perfil de crescimento mais modesto da economia mundial, com uma expansão mais moderada dos EUA e desempenhos ainda modestos da área do euro, do Reino Unido e da China. Estas expectativas assentavam em níveis deprimidos dos principais indicadores de confiança e na desaceleração dos indicadores de atividade nas maiores economias desenvolvidas no final de 2023.

Nos primeiros meses de 2024 assistiu-se à inversão de algumas destas dinâmicas, o que contribuiu para uma interpretação mais positiva da trajetória do ciclo económico e para o correspondente decréscimo dos riscos de recessão.

Apesar de alguns segmentos mais sensíveis aos níveis historicamente elevados das taxas de juro e da inflação mostrarem sinais acrescidos de vulnerabilidade, o crescimento dos lucros empresariais manteve-se suportado ao longo do primeiro semestre de 2024, o que continuou a suportar a resiliência do mercado de trabalho das economias desenvolvidas e beneficiou a trajetória dos rendimentos reais, a par do retrocesso da inflação.

Complementarmente, assistiu-se à retoma das trocas comerciais mundiais e principalmente à recuperação dos indicadores de confiança, que sinalizaram uma re-aceleração generalizada do ritmo de atividade, quer numa perspetiva setorial quer geográfica.

A evolução descrita imperou mesmo perante o acréscimo das tensões geopolíticas, em particular no Médio Oriente, que condicionaram desde o final de 2023 o tráfego marítimo pelo canal do Suez e ameaçaram a reemergência de disrupções no funcionamento das cadeias de abastecimento, embora sem indícios de impacto económico relevante quer em termos de atividade quer em termos de inflação.

Em termos geográficos, assistiu-se a um perfil menos heterogéneo de crescimento entre os principais blocos desenvolvidos, comparativamente ao ano anterior.

O crescimento do PIB dos EUA abrandou ao longo do primeiro semestre do ano, fruto da expansão mais modesta do consumo privado, assim como de contributos negativos do mercado externo e da acumulação de inventários. Apesar da forte criação de emprego e do crescimento do rendimento laboral, a confiança dos consumidores retrocedeu significativamente ao longo do primeiro semestre de 2024, impactada pelo nível elevado das taxas de juro e pelo progresso desinflationista mais lento do que o esperado.

O crédito ao consumo abrandou para o ritmo mais reduzido desde o início de 2021, enquanto os níveis de concessão de crédito à habitação e para fins de investimento empresarial continuaram exíguos.

Ainda assim, apesar da trajetória de abrandamento dos EUA, o crescimento anual do PIB em 2024 deverá ser ainda assim apenas marginalmente abaixo do exibido em 2023 e substancialmente acima das projeções da generalidade dos analistas, beneficiado pelo efeito de *carryover* de 1,4% do ano transato e pelas expectativas de abrandamento “controlado” do ritmo de crescimento.

As projeções de alguma retoma do ritmo de crescimento da área do euro saíram confirmadas no decorrer do primeiro semestre de 2024.

Se por um lado, o crescimento das remunerações e a quebra da inflação permitiram uma recuperação significativa dos rendimentos reais, sem que tal se tenha traduzido ainda numa aceleração notável do consumo privado, a melhoria dos termos de troca e a recuperação das trocas comerciais mundiais contribuíram para que a região registasse nos primeiros três meses do ano a maior expansão do PIB em sete trimestres (+0,3%), o que a par da recuperação dos indicadores de confiança confere um perfil mais favorável para a dinâmica económica da região, embora ainda modesta em termos absolutos.

Por outro lado, a área do euro continua a enfrentar vulnerabilidades como as repercussões da guerra na Ucrânia e a deterioração das condições financeiras.



O 1º fator continua a fazer-se sentir na atividade nas indústrias mais intensivas em energia, que permanece significativamente deprimida, enquanto os níveis elevados das taxas de juro pressionam a procura e a disponibilidade de crédito e condicionam os volumes de concessão de crédito ao setor privado.

O crescimento de 1,6% em cadeia do PIB da China foi uma das maiores surpresas no primeiro trimestre de 2024, o que a par do anúncio de uma multiplicidade de medidas estatais com vista à estabilização dos riscos económicos contribuiu para a convergência das expectativas de expansão anual do PIB para o objetivo oficial do Governo chinês (crescimento em torno de 5%), apesar da situação vulnerável do mercado imobiliário e da desaceleração dos principais indicadores de atividade no decorrer do 2º trimestre do ano.

Após as leituras surpreendentemente reduzidas da inflação no decorrer do 2º trimestre de 2023, que alimentaram expectativas de um retrocesso mais célere da inflação, os desenvolvimentos neste âmbito nos primeiros meses de 2024 foram no sentido contrário, com implicações materiais nas perspetivas de atuação dos bancos centrais.

Se por um lado as pressões inflacionistas relacionadas com os preços dos bens se mantiveram globalmente ancoradas, os preços nas rúbricas de serviços mostraram-se pressionados, uma situação resultante dos níveis ainda elevados de procura nesse segmento, da situação próxima do pleno emprego na generalidade das economias desenvolvidas e do respetivo impulso originado pelo crescimento salarial. Em resultado, o processo desinflationista conheceu algum retrocesso, para frustração da generalidade dos agentes económicos, com os investidores em resultado a projetarem a necessidade de políticas monetárias restritivas durante mais tempo e inclusivamente a contemplarem a possibilidade de subidas adicionais das taxas diretoras, uma situação que viria a sofrer alguma reversão depois das leituras mais brandas da inflação nos EUA e na área do euro no decorrer do 2º trimestre de 2024.

A maior resiliência económica e o carácter mais persistente da inflação motivaram uma alteração relevante da retórica dos bancos centrais. Depois do progresso inflacionista no final de 2023, a Reserva Federal dos EUA (Fed), o Banco Central Europeu (BCE), e o Banco de Inglaterra (BOI), entre outros, revelaram que estariam em breve numa situação que lhes permitiria cortar as suas

taxas diretoras de forma algo significativa no curto-prazo, uma mensagem que foi forçosamente abandonada no seguimento dos desenvolvimentos descritos.

Ainda assim, o progresso desinflationista já alcançado e as perspetivas de alguma continuidade deste processo permitiu que vários bancos centrais de economias desenvolvidas iniciassem o seu ciclo de cortes de taxas diretoras no decorrer do primeiro semestre de 2024, entre os quais o Canada, a Suécia, a Suíça e, mais recentemente, o BCE. Estes bancos centrais deverão voltar a fazê-lo ainda em 2024, antecipando-se que o Banco de Inglaterra e a Fed cortem igualmente as suas taxas diretoras no decorrer do 2º semestre, embora estas decisões devam ser acompanhadas por uma retórica mais condicional e reativa aos desenvolvimentos inflacionistas ao longo dos próximos meses. Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão subiu as suas taxas diretoras em março, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, nomeadamente no que se refere às expectativas inflacionistas e ao crescimento salarial, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a importação de inflação decorrente da desvalorização do iene.

Apesar das políticas monetárias menos acomodáticas que o esperado, o desempenho das classes de risco foi amplamente positivo, impulsionado pelas perspetivas económicas mais positivas.

Em oposição, a rendibilidade dos segmentos mais expostos ao risco de taxa de juro foi negativa, decorrente da subida acentuada das yields ao longo do primeiro semestre de 2024.

No âmbito do mercado de rendimento fixo, a forte subida das taxas de juro soberanas foi determinada maioritariamente pela subida das taxas de juro reais.

O acréscimo foi praticamente equivalente ao longo da curva de rendimentos, quer nos EUA quer na Área do euro, com o movimento semestral a totalizar +52pb e +48pb na maturidade a 10 anos, para 4,40% e 2,5%, respetivamente.

O desempenho da periferia europeia foi diferenciado, com estreitamentos dos *spreads* de Itália e de Espanha face à Alemanha e um alargamento de 11pb do spread de Portugal no mesmo período.



Ainda assim, os movimentos descritos ocultam os movimentos ocorridos depois da convocatória de eleições antecipadas em França, com o clima de incerteza política, as debilidades orçamentais e a inclusão sob um procedimento por défices excessivos a motivarem alargamentos do seu spread face à Alemanha para máximos desde setembro de 2012, correspondente a um nível absoluto de spread de 82pb face à taxa alemã a 10 anos.

As expectativas económicas mais favoráveis e a perceção de solidez dos fundamentais empresariais estiveram na origem de estreitamentos adicionais dos *spreads* da dívida, de proporções praticamente equivalentes na dívida com *rating investment grade* e *high yield* (-17pb e -22pb, respetivamente). Os segmentos de dívida subordinada de financeiras e de empresas não financeiras foram os que somaram valorizações mais significativas no período em análise, com estreitamentos de spread que possibilitaram rendibilidades totais entre 4,7% e 5,6%. A variação de *spreads* da dívida empresarial dos EUA foi igualmente favorável, embora menos acentuada, com quedas entre 5pb e 14pb dos *spreads* de ambas as tipologias de risco (*investment grade* e *high yield*).

Ainda no âmbito do rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes foi igualmente positiva, fruto do estreitamento de *spreads* e do carry atrativo, com rendibilidades entre 1,5% e 3,3% da dívida soberana e empresarial no semestre, respetivamente. O perfil de valorização do dólar pressionou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa desvalorização superior a 3% desse segmento.

O ambiente descrito provou-se mais uma vez favorável para os mercados acionistas. O forte crescimento dos resultados empresariais continuou a representar um suporte determinante para a classe, acompanhado por múltiplos exemplos de *guidance* favorável, que motivaram revisões em alta das projeções para os resultados empresariais futuros e, em alguns casos, expansão dos múltiplos. O perfil de valorização manteve-se enviesado para os temas que dominaram o desempenho do mercado acionista no passado recente, nomeadamente para os títulos relacionados com a temática de inteligência artificial e, mais genericamente, setores de tecnologia, de qualidade e de crescimento, em oposição a *value* e a empresas com menor capitalização bolsista.

Mais especificamente, a classe somou mais um semestre de ganhos generalizados embora díspares, com o índice de maior propensão tecnológica Nasdaq a valorizar mais de 18%, em contraste com a valorização inferior a 5% do índice Dow Jones. O S&P500 valorizou 15,3% no semestre. Na Europa o índice MSCI valorizou 9,1%, enquanto o índice MSCI para os mercados emergentes valorizou cerca de 7,5% no mesmo período. Os principais índices acionistas nipónicos voltaram a estar em plano de destaque, com o Nikkei a apreciar 19% no semestre e a superar a marca histórica alcançada em dezembro de 1989.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia evoluiu entre ganhos e perdas marginais contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma depreciação de 0,1%, afetada pelo resultado das eleições europeias e pela convocatória de eleições antecipadas em França. A variação agregada oculta, no entanto, variações diferenciadas nos diferentes pares cambiais, que vão desde a valorização superior a 10% contra o iene até à depreciação de cerca de 3% contra o dólar dos EUA. Em oposição, o dólar somou ganhos contra a generalidade das suas contrapartes comerciais em termos

agregados (+4,5%), com destaque para a apreciação de 14% contra o iene. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes desvalorizou cerca de 4% no 1º semestre de 2024.

A classe de matérias-primas revelou, como habitual, uma elevada disparidade de performances nos primeiros seis meses do ano. O segmento com maior variância no semestre foi o de bens agrícolas, frequentemente afetado por eventos climatéricos e especificidades de oferta, com os ganhos de 91% do cacau e de 21% do café a contrastarem com as perdas entre 10% e 15% do milho e da soja, respetivamente. As variações desde o início do ano no segmento de metais industriais foram mais consistentes, com ganhos praticamente generalizados nesse complexo, à semelhança dos metais preciosos. Entre as matérias-primas energéticas, o gás natural exibiu uma elevada volatilidade, ao negociar entre ganhos e perdas de 18% no semestre, tendo encerrado o período com uma correção inferior a 4%. A cotação do barril de brent valorizou 12% no semestre, tendo somado ganhos intermédios de 16% durante o período de maior tensão geopolítica no Médio Oriente, no início de abril.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

● A **31 de janeiro** foi incluído o BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), SA, como entidade comercializadora da Categoria R para 18 fundos da oferta IMGA.

● A **29 de maio** foi alargada, no BNI, a comercialização aos Fundos IMGA Ações Portugal Categoria P e IMGA Portuguese Corporate Debt Categorias R e P.

● A **23 de abril** foi incluído o Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora da Categoria R para 17 fundos da oferta IMGA.

● A **28 de junho** foi incluído o Abanca como entidade comercializadora da Categoria R dos Fundos IMGA Ações Portugal e IMGA Portuguese Corporate Debt.



NOVOS FUNDOS

● **IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT**

Na sequência da autorização da CMVM a 24 de novembro de 2023, as Categorias R e P iniciaram a sua comercialização a **7 de fevereiro**.

● O fundo iniciou atividade a **12 de abril**, com a constituição da Categoria I.

● As Categorias P e R iniciaram atividade a **16 de maio** e **27 de junho**, respetivamente.

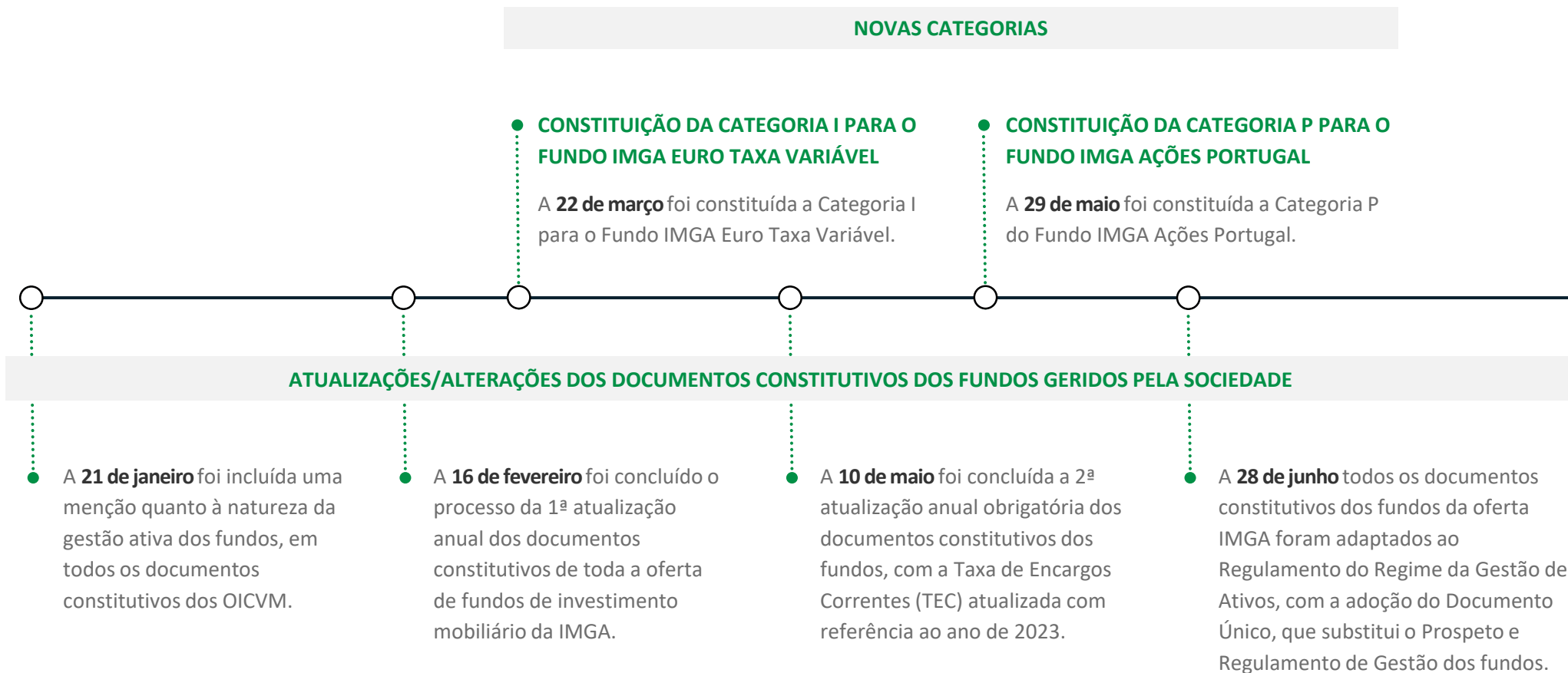
● **IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS TAXA INDEXADA EUR 2026, SERIE I**

A **31 de maio** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Serie I, tendo iniciado a sua comercialização a **17 de junho**.

A Categoria A constituiu-se a **18 de julho**, data de início de atividade do fundo.

● **BISON CHINA FLEXIBLE BOND FUND**

Na sequência da autorização da CMVM a IMGA assumiu, a **31 de maio**, as funções de entidade gestora do Fundo Bison China Flexible Bond Fund, em substituição da Lynx AM.



OUTRAS ALTERAÇÕES

● A **10 de janeiro** foi introduzida uma alteração nos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, clarificando o universo da sua política de investimentos.

● A **8 de abril** foi reduzido de 2 para 1 dia útil, o pré-aviso de resgate dos fundos do mercado monetário – IMGA Money Market, IMGA Money Market USD e CA Monetário.

● **PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE**

A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

● **INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE**

A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2023.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos de Obrigações

A continuidade das políticas europeias relativamente às taxas de juro manteve-as em níveis elevados em 2024, impulsionando o crescimento dos ativos sob gestão nos fundos de obrigações.

Os investidores procuraram a rentabilidade destes ativos, beneficiando do apoio contínuo dos bancos centrais e pelos resultados empresariais estáveis.

As soluções financeiras com rendimento e prazo pré-determinados tiveram grande sucesso de vendas, contribuindo para o aumento dos ativos sob gestão.

A procura por ativos de rendimento fixo manteve-se robusta, refletindo a necessidade de estabilidade em tempos de volatilidade.

Segundo dados da APFIPP, os ativos sob gestão no mercado em fundos de obrigações cresceram aproximadamente 16% entre junho de 2023 e junho de 2024, totalizando €3.648M no final do último semestre.

A IMGA detinha uma quota de mercado de 23,4% neste segmento, com um total de ativos sob gestão de €852,5M, representando um crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior.

As rentabilidades a seis e doze meses dos fundos de obrigações foram, em geral, positivas. A rentabilidade efetiva a 6 meses variou entre -4,3% e 2,6%, com uma média de 0,6%.

A 12 meses, a rentabilidade variou entre -3,4% e 11,2%, com uma média de 4,2%.

A IMGA destacou-se no segmento de obrigações, com uma rentabilidade média a 6 meses de aproximadamente 0,5% e a 12 meses de 4,2%, ambas superiores às médias do mercado.

No primeiro semestre de 2024, foi constituído o novo Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, que detinha uma carteira de €2,2M no final do mês de junho.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	4,81%	0,74%	2	0,73%	1,10%	2	0,52%	1,48%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	4,80%	0,74%	2	0,72%	1,10%	2	0,51% (*)	1,48%	2
CA RENDIMENTO	5,03%	0,70%	2	0,38%	1,31%	2	0,22%	1,96%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	5,20%	1,26%	2	-0,37%	1,89%	2	-0,03%	2,36%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	5,20%	1,26%	2	-0,33%	1,89%	2	0,02% (*)	2,36%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	2,76%	4,35%	3	-2,93%	4,22%	3	-1,74%	4,34%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	2,83%	4,35%	3	-2,91%	4,22%	3	-1,68% (*)	4,34%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	5,47%	4,10%	3	-1,70%	3,75%	3	-1,18%	4,55%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	5,93%	4,10%	3	-1,28% (*)	3,75%	3	-0,76% (*)	4,55%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS	6,28%	2,81%	3	-1,38%	3,27%	3	-0,69%	3,44%	3
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	4,26%	1,02%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	4,33%	1,48%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2024 SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2025 SERIE II CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A. Os Fundos IMGA Obrigações Globais Euro 2024 Serie I, IMGA Obrigações Globais Euro 2025 Serie II e IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, em julho 2023, outubro 2023 e abril 2024, pelo que não têm rentabilidade a 1 ano. A Categoria R do Fundo IMGA Iberia Fixed Income ESG constituiu-se em maio 2021, no entanto, não tem unidades de participação comercializadas à data. Data de referência: 30 de junho de 2024

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre do ano foi caracterizado por um crescimento económico resiliente na Europa e nos EUA, evitando, por conseguinte, uma recessão económica.

A inflação, apesar de apresentar uma trajetória descendente, continuou acima do target dos bancos centrais, condicionando a dimensão da mudança da política monetária, com as taxas de juro a permanecerem elevadas durante mais tempo.

O Banco Central Europeu efetuou o seu primeiro corte das taxas de juro no mês de junho, no entanto, assinalou que os futuros cortes estarão dependentes da evolução da inflação, da taxa de desemprego e da pressão salarial.

Os resultados das eleições europeias mostraram o aumento da expressão eleitoral da extrema-direita, com a França a sobressair no mapa. O Presidente Macron convocou eleições antecipadas para o parlamento francês, colocando pressão sobre os spreads da dívida pública francesa e periférica.

O risco geopolítico esteve sempre presente e impactou o preço do petróleo. O nível do crescimento económico da China continuou a ser uma incerteza, condicionando as perspetivas do crescimento económico mundial.

Adicionalmente, o Japão alterou a sua política de taxas de juro negativas e de controlo da curva das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA

subiram no 1º semestre do ano, com a curva temporal a manter a inversão entre os prazos curtos e mais longos.

No mercado obrigacionista de dívida privada, os acontecimentos descritos anteriormente tiveram impacto positivo no segmento *Investment Grade* e *High Yield*, tendo os spreads estreitado na generalidade.

Os spreads atuais de crédito foram beneficiados pela incorporação do cenário macroeconómico mais benevolente, com a liquidez, alavancagem e as métricas fundamentais de crédito das empresas a não revelarem sinais de deterioração acentuada devido às taxas de juro mais elevadas e com o balanço das empresas a continuar robusto.

Por fim, verificámos que durante o primeiro semestre do ano houve um aumento significativo das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito também a aumentar.

No contexto descrito, durante o primeiro semestre a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt assentou numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco liquidez tendo em conta a dimensão do crescimento económico, trajetória descendente da inflação, mudança da política monetária dos bancos centrais e da evolução dos conflitos geopolíticos.

Devido à volatilidade das taxas de juro no médio e longo prazo, o fundo geriu de forma conservadora a sua exposição a Portugal entre dívida pública e dívida privada, procurando aumentar progressivamente a duração em momentos de subida de taxas de juro através do reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais elevadas e privilegiando o segmento *Investment Grade* de emittentes portugueses.

Os setores privilegiados foram os de Energia, *Utilities* e Financeiro de forma a ter um perfil de risco/retorno conservador devido ao risco do alargamento dos *spreads* da curva de crédito.

O investimento em dívida subordinada do setor financeiro foi também gerido de uma forma conservadora como consequência das perspetivas económicas e da evolução da inflação.

Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para fazer o rebalanceamento da exposição a alguns emittentes com maior risco de crédito, nomeadamente dívida *high yield* em setores defensivos para evitar um acréscimo de volatilidade.



O fundo manteve níveis adequados de liquidez tendo em conta a volatilidade deste período.

O desempenho do fundo durante o primeiro semestre do ano 2024 foi por isso influenciado pela redução dos prémios de risco de crédito dos emitentes portugueses, em especial no segmento de maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada, e pela evolução dos *spreads* da dívida pública de Portugal.

Por outro lado, a subida das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizaram a performance do fundo.

A componente de gestão ativa do fundo e a gestão da volatilidade das taxas de juro de médio e longo prazo permitiu manter o perfil de risco/retorno dos investimentos ajustado.

O Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituiu-se em fevereiro de 2024, pelo que não apresenta rendibilidades anuais dado o prazo de vida decorrido. No final de junho de 2024 o fundo tinha €2M sob gestão.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2024			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2024
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	156 567	239 878	3
Administradores independentes	21 750	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	21 735	-	6
Colaboradores			
Colaboradores	1 159 688	406 833	47

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2024.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a

Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €15.990 pelos serviços prestados nesse âmbito.

No primeiro semestre de 2024 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No final de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2024, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2024

● A **18 de julho** foi constituída a Categoria A do Fundo IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Série I.

● A **24 de julho** foi incluída a IMGA como comercializadora da Categoria R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Notas Informativas

IMGA Portuguese Corporate DEBT- Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição:

12 de abril de 2024

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:

(30 de junho de 2024)

2 223 264 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

Não são divulgados dados relativos à rentabilidade histórica, na medida em que o Fundo ainda não completou um ano civil.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo o investimento em instrumentos de dívida de emitentes *corporate* (Obrigações e Papel Comercial), com um investimento mínimo de 65% em emitentes portugueses.

O fundo investirá, no mínimo, 80% do seu valor líquido global, direta ou indiretamente, em instrumentos representativos de dívida, designadamente obrigações e papel comercial, emitidos por entidades privadas.

O investimento poderá ser efetuado em obrigações, de taxa fixa ou taxa variável, com distintos graus de subordinação, obrigações hipotecárias, obrigações resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, expressos direta ou indiretamente em euros, emitidos por entidades privadas, bem como em papel comercial.

O fundo investirá maioritariamente em emitentes cuja qualidade de crédito, à data do investimento, apresente uma notação

de rating equivalente aos escalões das agências de *rating* considerados apropriados para investimento (*Investment Grade*) ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da Sociedade Gestora.

O fundo não poderá investir direta ou indiretamente em ações ordinárias.

O fundo poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, até ao limite de 25% do seu valor líquido global, podendo exceder esse limite desde que em simultâneo efetue, para o excesso, a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado.

O fundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, designadamente sobre dívida pública da Zona Euro para fins de cobertura de risco dentro dos limites legalmente estabelecidos.

Até 10% do seu valor líquido global, o Fundo pode investir em unidades de participação de outros OIC compatíveis

com o objetivo do Fundo, incluindo fundos de investimento geridos pela IM Gestão de Ativos.

Para a gestão da liquidez necessária, o Fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e unidades de participação de Fundos do Mercado Monetário, na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo, tendo em conta a sua política de investimentos.

A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à sua qualidade em termos de risco de crédito e ao contexto macroeconómico em que se inserem.

O fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante dos emitentes que constituem o seu universo de investimento, ao enquadramento de mercado e ao objetivo de rendimento do Fundo.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Não são divulgados dados relativos à evolução das cotações, na medida em que o Fundo ainda não completou um ano civil.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	30.06.2024
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT I	
Nº. UP's em circulação	200 000,0000
Valor Unitário UP (Euro)	4,9997
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	
Nº. UP's em circulação	195 256,6049
Valor Unitário UP (Euro)	4,9860
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	
Nº. UP's em circulação	50 000,0000
Valor Unitário UP (Euro)	4,9960

CUSTOS E COMISSÕES

(Unidades: milhares €)

Mercado/Região	País	Jun/2024	
		Títulos em carteira ⁽¹⁾	Custos de Transação ⁽²⁾
Nacional	Portugal	1 958	0,2
União Europeia	Espanha	101	
	sub-total	1 958	0,0
Outros Mercados			
	sub-total	0	0,0
Total		2 058	0,2

(1) Por país do emitente no final do período

(2) Por mercado de transação

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(Unidades: milhares €)

30.06.2024

Valores mobiliários	2 058 487
Saldos bancários	590 984
Outros ativos	46 137
Total dos ativos	2 695 607
Passivos	472 343
Valor Líquido de Inventário	2 223 264



TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V Portuguesas	845 804	370	2 024	844 150	25 280	869 430	41%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	995 063	1 095	(6 411)	989 747	20 667	1 010 414	48%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	224 510	80		224 590		224 590	11%
TOTAL	2 065 376	1 545	8 435	2 058 487	45 947	2 104 434	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	9 537
Outros investimentos	50
As mais-valias de investimento	1 914
Custos	
Custos de gestão	(2 265)
Custos de depósito	(182)
Outros encargos, taxas e impostos	(1 576)
As menos-valias de investimentos	(8 982)
Custos de negociação	(232)
Lucro líquido	(1 736)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	2 225 000
Resgates	-



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT I		IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R		IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
30.06.2024	999 925	4,9997	249 797	4,9960	973 543	4,9860

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2024.





i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2024

ATIVO					PASSIVO		
Código	Designação	30-06-2024			Período 30-06-2024		
		Bruto	Mv	mv/P		Líquido	
Outros Ativos					Capital do OIC		
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM				61	Unidades de Participação	2 226 283
33	Ativos Intangíveis das SIM				62	Variações Patrimoniais	(1 283)
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>				64	Resultados Transitados	
					65	Resultados Distribuídos	
Carteira de Títulos					67	Dividendos Antecipados das SIM	
21	Obrigações	1 840 867	1 465	(8 435)	66	Resultados Líquidos do Período	(1 736)
22	Ações					<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>2 223 264</u>
23	Outros Títulos de Capital				Provisões Acumuladas		
24	Unidades de Participação				481	Provisões para Encargos	
25	Direitos					<i>Total das Provisões Acumuladas</i>	
26	Outros Instrumentos da Dívida	224 510	80		Terceiros		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>2 065 376</u>	<u>1 545</u>	<u>(8 435)</u>	421	Resgates a Pagar a Participantes	
					422	Rendimentos a Pagar a Participantes	
Outros Ativos					423	Comissões a Pagar	1 778
31	Outros ativos				424+...+429	Outras contas de Credores	469 483
	<i>Total de Outros Ativos</i>				43+12	Empréstimos Obtidos	
Terceiros					44	Pessoal	
411+...+418	Contas de Devedores				46	Acionistas	
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>471 261</u>
Disponibilidades					Acréscimos e diferimentos		
11	Caixa				55	Acréscimos de Custos	922
12	Depósitos à Ordem	590 984			56	Receitas com Provento Diferido	160
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso				58	Outros Acréscimos e Diferimentos	
14	Certificados de Depósito				59	Contas transitórias passivas	
18	Outros Meios Monetários					<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>1 082</u>
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>590 984</u>				<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>	<u>2 695 607</u>
Acréscimos e diferimentos					TOTAL DO ATIVO		
51	Acréscimos de Proveitos	46 107					
52	Despesas com Custo Diferido						
53	Outros acréscimos e diferimentos	30					
59	Contas transitórias ativas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>46 137</u>					
	TOTAL DO ATIVO	<u>2 702 497</u>	<u>1 545</u>	<u>(8 435)</u>			
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Cat I					Valor Unitário da Unidade Participação - CAT I		
				<u>200 000</u>			<u>4 9997</u>
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Cat P					Valor Unitário da Unidade Participação - CAT P		
				<u>195 257</u>			<u>4 9860</u>
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Cat R					Valor Unitário da Unidade Participação - CAT R		
				<u>50 000</u>			<u>4 9960</u>

DIREITOS SOBRE TERCEIROS		
Código	Designação	Período 30-06-2024
Operações Cambiais		
911	À vista	
912	A prazo (forwards cambiais)	
913	Swaps cambiais	
914	Opções	
915	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	
922	Swap de taxa de juro	
923	Contratos de garantia de taxa de juro	
924	Opções	
925	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Cotações		
934	Opções	
935	Futuros	
	<i>Total</i>	
Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	
944	Valores cedidos em garantia	
945	Empréstimos de títulos	
	<i>Total</i>	
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		
Código	Designação	Período 30-06-2024
Operações Cambiais		
911	À vista	
912	A prazo (forwards cambiais)	
913	Swaps cambiais	
914	Opções	
915	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	
922	Swap de taxa de juro	
923	Contratos de garantia de taxa de juro	
924	Opções	
925	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Cotações		
934	Opções	
935	Futuros	
	<i>Total</i>	
Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos	
942	Operações a prazo (reporte de valores)	
943	Valores cedidos em garantia	
	<i>Total</i>	
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho 2024

CUSTOS E PERDAS		Período
Código	Designação	30-06-2024
	Custos e Perdas Correntes	
	Juros e Custos Equiparados	
711+718	De Operações Correntes	47
719	De Operações Extrapatrimoniais	
	Comissões e Taxas	
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	232
724+...+728	Outras Operações Correntes	2 746
729	De Operações Extrapatrimoniais	
	Perdas em Operações Financeiras	
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 982
731+738	Outras Operações Correntes	
739	Em Operações Extrapatrimoniais	
	Impostos	
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e	
7411+7421	Incrementos Patrimoniais	
7412+7422	Impostos Indirectos	307
7418+7428	Outros impostos	
	Provisões do Exercício	
751	Provisões para Encargos	
77	Outros Custos e Perdas Correntes	922
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>13 237</u>
79	Outros custos e perdas das SIM	
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>	
	Custos e Perdas Eventuais	
781	Valores Incobráveis	
782	Perdas Extraordinárias	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	
	<i>TOTAL</i>	<u>13 237</u>
(8*2/3/4/5)- (7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 237
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	
B-A	Resultados Correntes	(1 786)

PROVEITOS E GANHOS		Período
Código	Designação	30-06-2024
	Proveitos e Ganhos Correntes	
	Juros e Proveitos Equiparados	
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	9 537
811+814+827+818	De Operações Correntes	
819	De Operações Extrapatrimoniais	
	Rendimento de Títulos	
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	
829	De Operações Extrapatrimoniais	
	Ganhos em Operações Financeiras	
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 914
831+838	Outras Operações Correntes	
839	Em Operações Extrapatrimoniais	
	Reposição e Anulação de Provisões	
851	Provisões para Encargos	
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>11 451</u>
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>	
	Proveitos e Ganhos Eventuais	
881	Recuperação de Incobráveis	
882	Ganhos Extraordinários	
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	50
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>50</u>
66	Resultado Líquido do Período (se<0)	1 736
	<i>TOTAL</i>	<u>13 237</u>
F - E	Resultados Eventuais	50
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(1 736)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(1 736)



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho 2024

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-24	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:		2 225 000
Subscrição de unidades de participação	2 225 000	
PAGAMENTOS:		
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		2 225 000
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos		
RECEBIMENTOS:		176 430
Venda de títulos e outros ativos	126 430	
Reembolso de títulos e outros ativos	50 000	
PAGAMENTOS:		1 815 627
Compra de títulos e outros ativos	1 815 395	
Comissões de corretagem	158	
Outras taxas e comissões	7	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	67	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(1 639 197)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		6 260
Juros e proveitos similares recebidos	6 260	
PAGAMENTOS:		0
Fluxo das operações a prazo e de divisas		6 260
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		
PAGAMENTOS:		1 130
Juros devedores de depósitos bancários	47	
Comissão de gestão	768	
Comissão de depósito	99	
Taxa de supervisão	200	
Impostos e taxas	16	
Outros pagamentos correntes	0	
Fluxo das operações de gestão corrente		(1 130)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		50
Ganhos extraordinários	50	
PAGAMENTOS:		0
Fluxo das operações eventuais		50
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		590 984
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		590 984





i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2024

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Portuguese Corporate Debt – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 24 de novembro de 2023 e efetivou-se em 12 de abril de 2024.

O Fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo o investimento em instrumentos de dívida de emitentes corporate (Obrigações e Papel Comercial).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural.

Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2024, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2023	Subscrições			Resgates			Outros	Resultados do Exercício	30-06-2024
		Categoria I	Categoria R	Categoria P	Categoria I	Categoria R	Categoria P			
Valor base	-	1 000 000	250 000	976 283	-	-	-	-	-	2 226 283
Diferença p/Valor Base	-	-	-	(1 283)	-	-	-	-	-	(1 283)
Resultados acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 736)	(1 736)
SOMA	-	1 000 000	250 000	975 000	-	-	-	-	(1 736)	2 223 264
Nº de Unidades participação										
Categoria I	-	200 000			-					200 000
Categoria R	-		50 000			-				50 000
Categoria P	-			195 257			-			195 257
Valor Unidade participação										
Categoria I	-									4.9997
Categoria R	-									4.9960
Categoria P	-									4.9860

Em 30 de Junho de 2024 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.



O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria I			Categoria R			Categoria P			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2024	30-06-24	4.9997	999 925	200 000	4.9960	249 797	50 000	4.9860	973 543	195 257	2 223 264	445 257
	31-03-24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2024, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria I	Categoria P	Categoria R
UPs ≥ 25%	1	2	1
10% ≤ UPs < 25%	-	1	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	-	-	-
UPs < 0.5%	-	-	-
TOTAL	1	3	1



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 1.95% 15/06/29	48 250	-	(219)	48 031	40	48 071
PGB 2.875% 15/10/25	99 691	-	(38)	99 653	2 034	101 687
PGB 2.875% 21/07/26	89 917	-	(69)	89 848	2 439	92 287
	237 858	-	(326)	237 532	4 514	242 046
<i>-Obrigações diversas</i>						
Banco BPI SA 3.625% 04/07/28	101 328	-	(357)	100 971	3 585	104 556
Banco Santander Totta SA 1.25% 26/09/27	93 795	13	-	93 808	949	94 757
Caixa Eco Montepio Geral Var 30/10/26	106 149	25	-	106 174	6 667	112 841
Caixa Geral de Depósitos Var 31/10/28	106 525	-	(668)	105 857	3 818	109 675
Floene Energias SA 4.875 07/03/28	103 318	-	(673)	102 645	4 835	107 480
Galp Energia SGPS SA 2% 15/01/26	96 831	332	-	97 163	913	98 076
	607 946	370	(1 698)	606 618	20 767	627 385
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
Banco Comercial Português Var 07/04/28	94 405	-	(82)	94 323	403	94 726
BRISA Concessão Rodoviária SA 2..375% 10/05/27	96 909	-	(157)	96 752	332	97 084
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	100 150	-	(1 330)	98 820	350	99 170
CRL Credito Agricola Mut Var 04/07/27	106 800	-	(172)	106 628	8 283	114 911
CUF SA 4.75% 11/12/29	100 474	-	(144)	100 330	251	100 581
Energias de Portugal SA 3.875% 26/06/28	101 249	-	(454)	100 795	42	100 837
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	95 700	1 095	-	96 795	3 484	100 279
Greenvolt Energias 2.625% 10/11/28	96 000	-	(3 730)	92 270	1 699	93 969
Novo Banco SA Var 01/12/33	116 000	-	(88)	115 912	5 720	121 632
Ren Finance BV 0.5% 16/04/29	87 376	-	(254)	87 122	103	87 225
	995 063	1 095	(6 411)	989 747	20 667	1 010 414
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
<i>-Títulos dívida Pública</i>						
Bilhetes do Tesouro 0% 16/05/25	174 668	8	-	174 676	-	174 676
Bilhetes do Tesouro 0% 19/07/24	49 842	72	-	49 914	-	49 914
	224 510	80	-	224 590	-	224 590
TOTAL	2 065 376	1 545	(8 435)	2 058 487	45 947	2 104 434



4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.



- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.



Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2024, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	389 134	-	-	-	-	389 134
de 3 a 5 anos	645 084	-	-	-	-	645 084
de 5 a 7 anos	100 581	-	-	-	-	100 581
mais de 7 anos	121 632	-	-	-	-	121 632

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2024 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria R		Categoria P		Categoria I	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	42	0.76%	1 244	0.76%	1 070	0.24%
Comissão de Depósito	2	0.03%	51	0.03%	137	0.03%
Taxa de Supervisão	11	0.20%	44	0.03%	245	0.06%
Custos de Auditoria	8	0.15%	248	0.15%	666	0.15%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	2	0.03%	53	0.03%	142	0.03%
Outros Custos Correntes	1	0.01%	19	0.01%	51	0.01%
TOTAL	65		1 658		2 311	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1.19%		1.01%		0.53%	

(1) Média relativa ao período de referência



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho 2024

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 2 695 607 euros e um total de capital do OIC 2 223 264 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 736 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

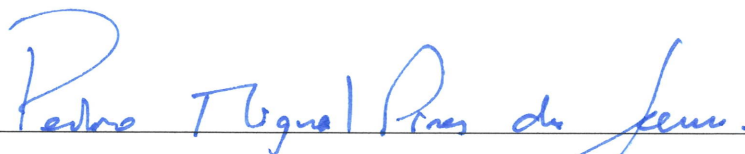
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2024



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)